

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.558 SANTA CATARINA**

**RELATOR** : **MIN. TEORI ZAVASCKI**  
**RECTE.(S)** : VANUSA WOLTER REITER  
**ADV.(A/S)** : KELIN CRISTINA CORREIA EICKENBERG E  
OUTRO(A/S)  
**RECDO.(A/S)** : MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
**ADV.(A/S)** : PAMELA A.CAMPREGHER FLORIANO E  
OUTRO(A/S)

**DECISÃO: 1.** Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário aos pressupostos de que (a) não houve o devido prequestionamento dos dispositivos constitucionais mencionados; (b) o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no que se refere ao piso nacional dos professores da educação básica, instituído pela Lei Federal 11.738/08; e (c) a reversão do que foi decidido na instância ordinária demanda o reexame do acervo fático-probatório dos autos, medida inviável nos termos da Súmula 279 do STF.

No agravo, a parte agravante sustenta que (a) ocorreu o prequestionamento; e (b) o argumento de análise de legislação infraconstitucional não pode prevalecer, pois no atual caso está sendo questionada a aplicação imediata da lei federal.

**2.** Como se vê, as razões do agravo não impugnaram especificamente todos os fundamentos suficientes para manter a decisão agravada, o que acarreta o não conhecimento do presente recurso, nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC.

**3.** Diante do exposto, não conheço do agravo.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

**Ministro TEORI ZAVASCKI**

Relator

*Documento assinado digitalmente*